

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
QUARTEL DO COMANDO GERAL
ESTADO-MAIOR GERAL
1.ª SEÇÃO

Publicado:
BG nº 89, de 13mai2005.

**CBMDF - COMISSÃO SETORIAL DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS - INSTITUIÇÃO
EM CARÁTER PERMANENTE NO CBMDF – PORTARIA**

Portaria n.º 13, de 13 de maio de 2005.

Dispõe sobre a instituição, em caráter permanente, no âmbito do CBMDF, da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos (CSAD), na forma que especifica e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL, no uso da competência que lhe confere o art. 9.º, da Lei n.º 8.255, de 20 nov. 91 (LOB), c/c o contido nos incisos II e VII, do art. 47, e art. 79, do Decreto n.º 16.036, de 4 nov. 94 (Reg. da LOB), e ainda,

Considerando o disposto no art. 4.º, da Lei Distrital n.º 2.545, de 28 abr. 2000, no art. 10, parágrafo único e art. 11, do Decreto n.º 24.204, de 10 nov. 2003, e no § 1.º, do art. 5.º, do Decreto n.º 24.205, de 10 nov. 2003,

Considerando o que consta do Processo n.º 053.000.379/2005, resolve:

Art. 1.º Instituir, em caráter permanente, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSAD, que conduzirá o processo de avaliação documental quanto à especificação do ciclo de vida dos documentos produzidos e recebidos pela Corporação, sua destinação e fixação de prazos de guarda.

§ 1.º A Comissão exercerá suas atividades de acordo com as normas legais que regem a matéria no âmbito do Poder Público do Distrito Federal.

§ 2.º Por ocasião dos trabalhos, preliminarmente, a comissão deverá em interação com a Comissão Central de Arquivos, do Sistema de Arquivo Público do Distrito Federal, receber as orientações técnicas quanto ao processo de avaliação documental a seu cargo.

§ 3.º O exercício das atividades desenvolvidas pelos integrantes da Comissão é de natureza relevante, sendo prestadas sem prejuízo das atribuições próprias dos cargos ou funções a que desempenham, conforme o art. 4.º, do Decreto n.º 24.204, de 10 de novembro de 2003.

Art. 2.º A comissão de que trata o “caput” do artigo anterior, será integrada pelo Ajudante-Geral, na condição de presidente, bem como, pelos representantes dos órgãos abaixo indicados, nas condições que se seguem, podendo anualmente os mesmos serem reconduzidos:

Membros:

- 1 (um) oficial do Estado-Maior Geral;
- 1 (um) oficial da Diretoria de Pessoal;
- 1 (um) oficial da Diretoria de Apoio Logístico;
- 1 (um) oficial da Diretoria de Finanças, com conhecimento em ciências contábeis;
- 1 (um) oficial da Diretoria de Serviços Técnico;
- 1 (um) oficial da Diretoria de Inativos e Pensionistas;
- 1 (um) oficial da Diretoria de Ensino e Instrução;
- 1 (um) oficial do Comando Operacional Leste;

1 (um) oficial do Comando Operacional Oeste;
1 (um) oficial da Diretoria de Saúde;
1 (um) oficial da Chefia de Gabinete do Comandante-Geral;
Chefe do Arquivo-Geral, da Ajudância-Geral;

Membro/secretário:

1 (um) subtenente ou sargento lotado na Ajudância-Geral;

Auxiliares:

2 (dois) cabos ou soldados lotados no Arquivo-Geral, da Ajudância-Geral.

Art. 3.º Os órgãos relacionados no artigo anterior, anualmente, mediante ofício de solicitação do Ajudante-Geral, deverão fornecer os nomes de seus respectivos representantes para formação da comissão.

§ 1.º O Ajudante-Geral, após receber a relação de nomes indicados pelos diversos órgãos relacionados no art. 2º, providenciará nota de boletim designando a comissão e convocará seus membros para as atividades pertinentes, observando-se o disposto no art. 77, do Decreto n.º 16.036, de 4 nov. 94 (Reg. da LOB).

§ 2.º As atividades serão processadas anualmente, com início na primeira quinzena do mês de fevereiro.

Art. 4.º O Chefe do Estado-Maior Geral e Subcomandante, terá a atribuição de designar os militares representantes dos órgãos citados para a formação da comissão, bem como fiscalizar as atividades da mesma e fazer publicar seus atos.

Art. 5.º No âmbito de suas respectivas atribuições, os diversos órgãos da Corporação, deverão apoiar e facilitar a execução dos trabalhos da comissão.

Art. 6.º Os acervos documentais permanentes a serem recolhidos à Ajudância-Geral, por intermédio de seu Arquivo-Geral, pelos diversos órgãos da Corporação, deverão estar organizados, avaliados, higienizados, acondicionados e acompanhados de instrumento descritivo que permita sua identificação.

Art. 7.º Com observância ao art. 5.º, da Lei Distrital n.º 2.545, de 28 abr. 2000, c/c o art. 9.º, do Decreto n.º 24.204, de 10 nov. 2003, e art. 6.º, do Decreto n.º 24.205, de 10 nov. 2003, a eliminação dos documentos levantados anualmente, para esse fim, em face de suas respectivas temporalidades, ressalvado aqueles relativos a processos administrativos de passagem para a reserva remunerada e de reforma de militar, é da atribuição da Ajudância-Geral, por intermédio de seu Arquivo-Geral.

Art. 8.º No prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, o presidente da primeira Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSA ora instituída, deverá apresentar ao Comandante-Geral da Corporação, via Chefe do Estado-Maior Geral e Subcomandante, uma minuta de Regimento Interno que regule os trabalhos da Comissão.

Art. 9.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 13 de maio de 2005

149.º do CBMDF e 45.º de Brasília.

SOSSÍGENES DE OLIVEIRA FILHO - CEL QOBM/Comb.

Comandante-Geral